

TRÊS ANOS DE REAL

Construindo um País melhor

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

Brasília - 1997

Sumário

[1 - ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA](#)

[2 - OS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA](#)

Crescimento
Distribuição de renda
Crédito
Taxas de juros
Consumo
Investimentos
Questão regional
Emprego e salário

[3 - O SETOR AGROPECUÁRIO](#)

[4 - BALANÇA COMERCIAL](#)

[5 - REDUÇÃO DO "CUSTO BRASIL"](#)

[6 - CONTAS PÚBLICAS](#)

[7 - PRIVATIZAÇÕES](#)

[8 - GASTOS SOCIAIS](#)

[9 - SAÚDE](#)

[10 - EDUCAÇÃO](#)

[11 - HABITAÇÃO E SANEAMENTO](#)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social

Apoio Institucional
Ministério da Fazenda
Ministério do Planejamento e Orçamento
Banco Central do Brasil

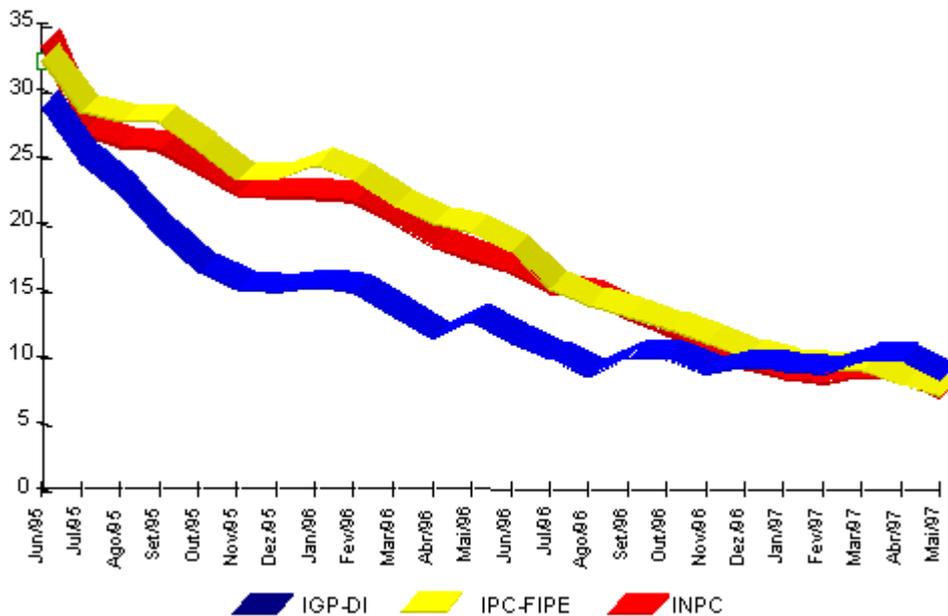
[SECOM](#)

[Publicações](#)

1- Estabilização da moeda

A queda contínua da inflação desde o início do Plano Real representa a maior conquista do povo brasileiro nos últimos anos. No primeiro semestre de 1994, os preços ao consumidor aumentavam, em média, mais de 40% a cada mês. Em junho de 1995, no primeiro aniversário do Plano Real, a inflação acumulada em 12 meses chegou a 30%; no segundo aniversário (junho de 1996) este percentual havia sido reduzido para 15% e agora, após três anos, o brasileiro já convive com uma inflação anual próxima a 8%.

INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)

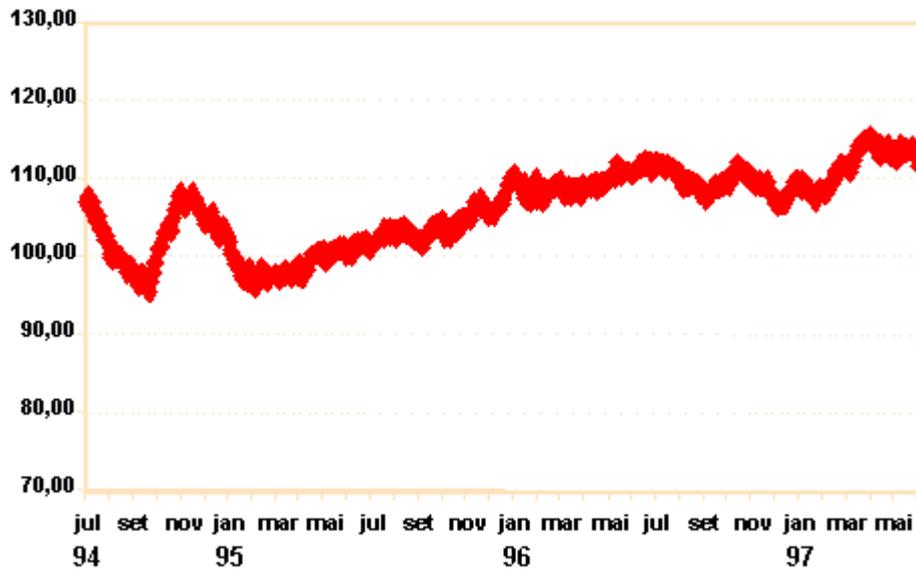


Fontes: FGV, FIPE, IBGE

Não é novidade que a estabilidade trouxe benefícios ao País como um todo. Inflação baixa significa a manutenção do poder de compra dos salários. Antes do Plano Real isso não acontecia. Mesmo que os salários fossem reajustados a cada mês, a velocidade dos preços era sempre maior que a dos reajustes, corroendo desta forma o valor dos salários. A inflação baixa trouxe consigo uma mudança generalizada de atitude: a indexação, que foi um mecanismo perverso de reprodução automática da inflação passada, vai lentamente desaparecendo do cotidiano das pessoas. Quem menos podia se proteger dessa inflação (quem não tinha conta em banco ou condição de aplicar seu dinheiro no mercado financeiro) é quem mais ganha com o fim da indexação.

A parcela da população de menor renda foi, portanto, - e sem dúvida - a que obteve ganhos mais significativos com a estabilidade da moeda proporcionada pelo Plano Real. Mostra disso é a variação do custo da cesta básica nos últimos três anos. Em 1º de julho de 1994, ela custava R\$ 106,95 e em 11 de junho de 1997 seu valor era de R\$ 112,03. Isso representa um aumento de menos de 5% em 36 meses. A título de ilustração, no início do Plano Real era necessário mais de 1,6 salário mínimo para adquirir uma cesta básica; hoje, com um salário mínimo compra-se uma cesta básica e um pouco mais.

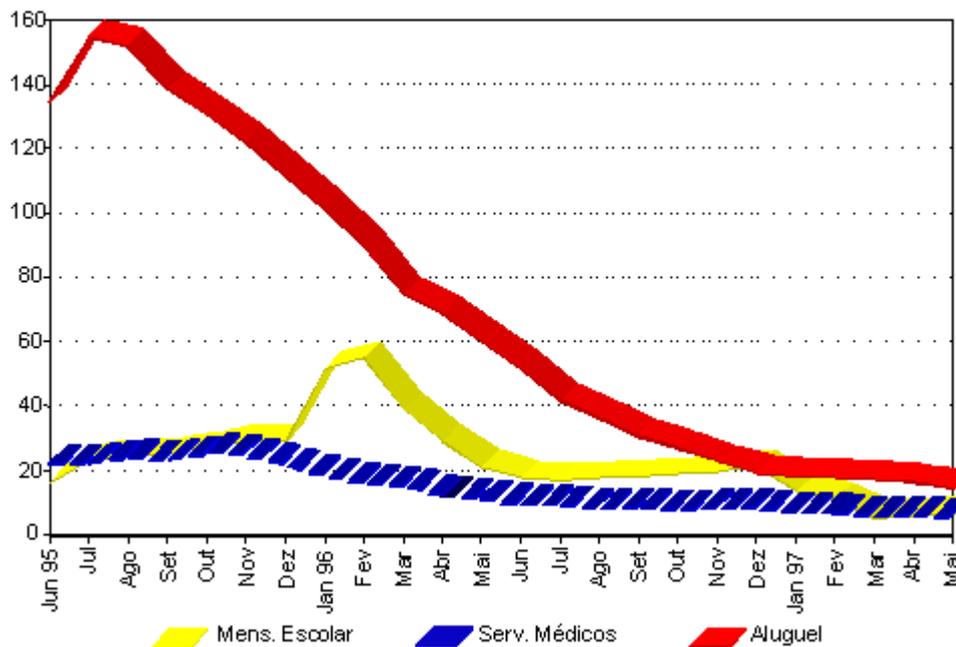
Valor da Cesta Básica (em R\$)



Fonte: Dieese

Nesses três anos, ocorreram mudanças importantes na estrutura de preços relativos. Logo de início, com a abertura da economia, observou-se um comportamento estável dos preços dos produtos que podiam ser importados, em face da concorrência dos produtos estrangeiros. Mas no setor de serviços, a história foi diferente. Não havendo o balizamento do preço internacional, os preços cresceram no início para se ajustar a uma demanda maior, propiciada pela estabilidade da moeda. Este foi o caso dos aluguéis, das mensalidades escolares e dos serviços médicos. Com o passar do tempo, os preços desses serviços também se acomodaram e suas variações estão convergindo para a média geral dos demais preços. Essa é a boa nova. Com todos os preços convergindo para um patamar mais baixo, não só alimentos e roupas entram no mundo novo da estabilização, mas também itens de peso como escolas e aluguéis deixam de ser os vilões que foram no início do Plano Real e começam também a colaborar com o bolso do consumidor.

Variações acumuladas em 12 meses (%)



Fonte: Fipe (IPC)

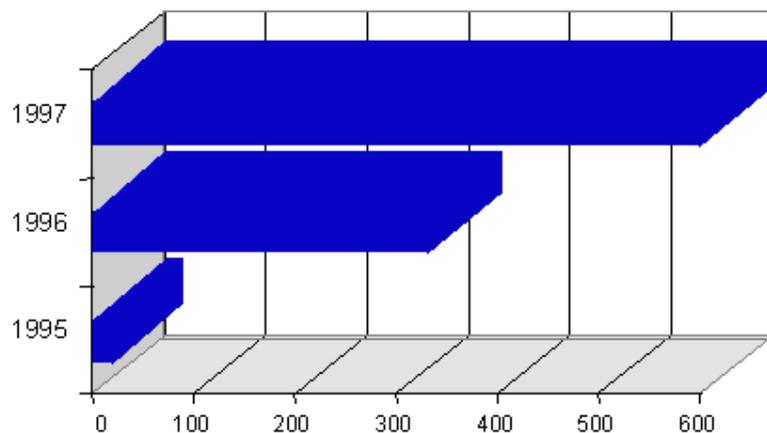
3- O Setor Agropecuário

A agropecuária contribui decisivamente na geração de empregos produtivos, reduzindo migrações, gerando renda em bases sustentadas e diminuindo desigualdades sociais e regionais. Ciente disto, o Governo Federal tem tomando diversas medidas com o intuito de incentivar o setor, fortalecendo a agricultura familiar, aprimorando os instrumentos de financiamento e comercialização, melhorando as condições de infra-estrutura do setor, fornecendo suporte científico e tecnológico, e contribuindo na inserção do setor no mercado internacional. A seguir são apresentadas algumas das principais medidas tomadas nos últimos três anos e os resultados observados.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem o objetivo de auxiliar a unidade produtora familiar diminuindo a pobreza no meio rural, criando ocupações produtivas e melhorando a renda do campo, evitando, dessa forma, o êxodo rural. Em 1996, foram gastos R\$ 650 milhões que beneficiaram 333 mil famílias, enquanto que, em 1995, os dispêndios do PRONAF atingiram R\$ 36 milhões e favoreceram 19 mil famílias. Houve, portanto, um aumento significativo e a previsão para 1997 é de gastos de R\$ 1,5 bilhão, devendo beneficiar 600 mil famílias. A redução dos custos dos empréstimos no âmbito deste Programa tem sido expressiva, passando de 11,7% para 2,0%.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF
Famílias Beneficiadas
(mil)



Aperfeiçoamento dos instrumentos de financiamento e comercialização

Nesta área destaca-se a securitização da dívida rural, beneficiando cerca de 350 mil agricultores, em sua grande maioria, de pequeno e médio porte. Esta medida foi requisito essencial para retirar o setor da crise a que estava submetido, envolvendo recursos da ordem de R\$ 7 bilhões.

No âmbito do financiamento, o Governo Federal adotou diversas medidas visando ampliar o fluxo de recursos direcionados às atividades ligadas ao "agrobusiness". Foi introduzida a "63 caipira", ampliando o financiamento externo e possibilitando, desta forma, a captação de US\$ 5,3 bilhões para o setor em 1996. Procurou-se também o incremento dos financiamentos com recursos nacionais via o aumento do percentual de aplicações obrigatórias no setor sobre as exigibilidades bancárias, de 17% para 25%. Além disso, as operações de crédito envolvendo as Notas do Produtor Rural e as Duplicatas Rural tiveram suas alíquotas de IOF reduzidas a zero. No caso do Proagro, o IOF foi reduzido 57%, em média.

Na área tributária, destaca-se a desoneração do ICMS nas exportações, representando um ganho potencial de rentabilidade da ordem de 13% para os produtos básicos e de 6% para os semi-elaborados. Recentemente, ampliou-se o ressarcimento do PIS/COFINS, o que representa um redução dos custos de até 5,3% para as exportações de origem agroindustrial.

Foram também criados novos instrumentos facilitando a comercialização de produtos agrícolas, com destaque para os contratos de opções para o milho, arroz, algodão e trigo. Estes instrumentos funcionam como um seguro de preços, mediante o pagamento de um prêmio, evitando também que haja transferência de mercadorias para as mãos do Governo.

Plano de Safra

A cada *Ano-Safra* o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, vem aprimorando seus instrumentos de apoio ao produtor brasileiro. O *Plano de Safra 97/98* por exemplo, traz algumas novas modificações importantes.

Em primeiro lugar, o Governo antecipou o anúncio das novas regras, possibilitando ao agricultor o planejamento e execução de suas ações.

Foram também atendidas algumas das principais reivindicações dos produtores rurais. Para a Safra 97/98 foi estipulado juros de 9,5% ao ano, inferior aos 12%^{aa} estipulados na safra anterior (no caso do PRONAF, os juros foram reduzidos de 9% para 6,5%). Além disso, os recursos disponíveis para financiamento foram ampliados em 60%, totalizando R\$ 8,5 bilhões (no caso do PRONAF os recursos disponíveis aumentaram em mais de 100%, alcançado o patamar de R\$ 1,65 bilhão).

Melhorias da Infra-estrutura do setor

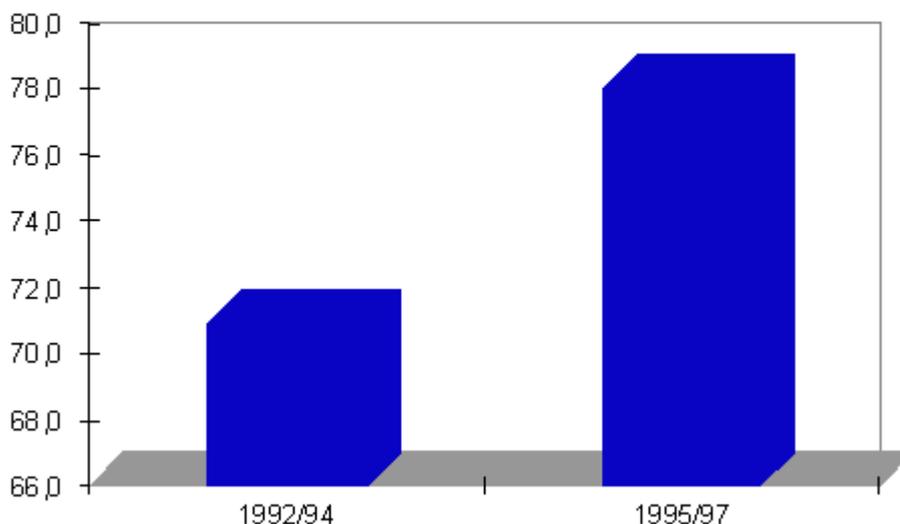
No campo das melhorias da infra-estrutura, merecem ser destacados os ganhos de eficiência com a privatização das ferrovias, assim como a ampliação de novas rotas de escoamento da produção através das hidrovias do rio Madeira, Tocantins-Araguaia, Paraguai-Paraná e São Francisco, abrindo oportunidades para a realização de novos investimentos. Trata-se de uma mudança na logística de transportes, promovendo uma reordenação das atividades econômicas em todo o território nacional e consolidando a região Centro-Oeste como novo polo de produção agropecuário do País.

Resultados

A produção média de grãos nos primeiros três anos do Real atingiu cerca de 78 milhões de toneladas, o que significou um avanço de 10% sobre a média dos três anos que antecederam ao lançamento do Plano. Com isso, apesar da quebra de safra ocorrida em 1996, consolidou-se um patamar de produção próximo a 80 milhões de toneladas de grãos anuais.

Safra de Grãos

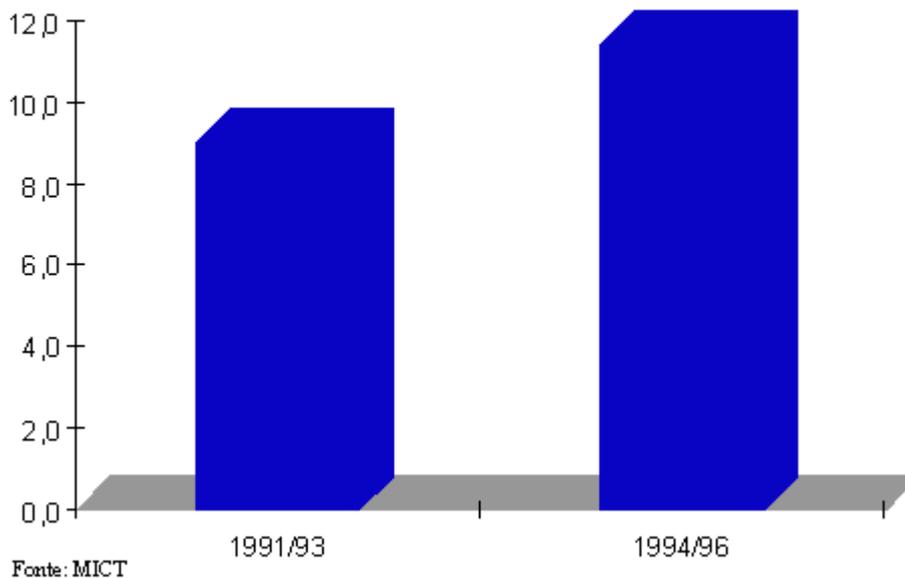
(em milhões ton.)



Fonte: SPE/MF

O crescimento da produção rural foi fundamental para manter a normalidade do abastecimento interno, contribuindo para a estabilidade do preço da cesta básica. Além disso, a agricultura foi capaz de gerar excedentes para exportações, haja vista o avanço no valor das exportações de produtos básicos, que nos primeiros três anos do Real foi, em média, de US\$ 11 bilhões contra US\$ 9 bilhões no período 1991/93, ou seja, um crescimento da ordem de 27%.

Exportações de Produtos Básicos (em US\$ bilhões)



Os dados indicados acima, além de confirmarem a capacidade de empreendimento e de respostas de nossos agricultores, revelam o acerto das políticas adotadas.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

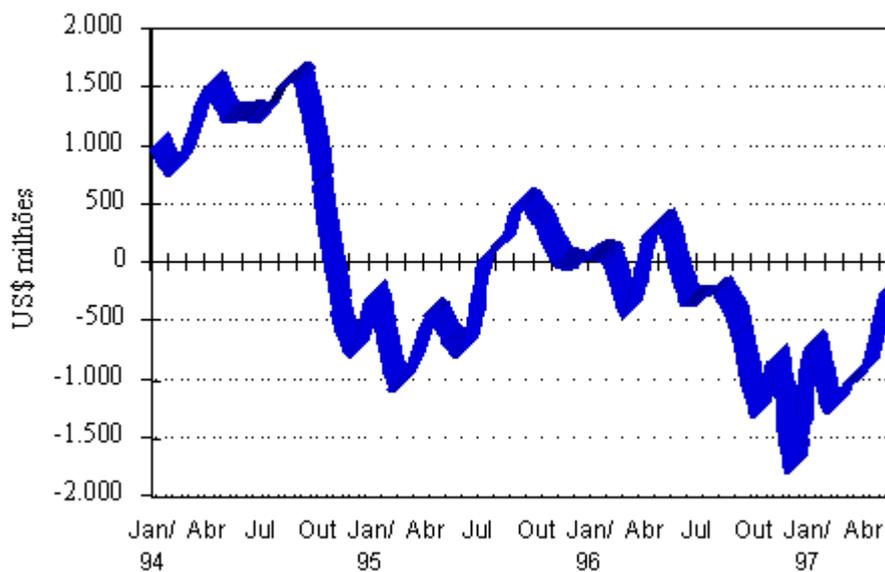
[4 - Balança Comercial](#)

4 - Balança Comercial

A balança comercial vem apresentando uma progressiva redução nos déficits mensais.

A receita da exportação tem registrado crescimento constante, menor em alguns setores, maior em outros como, por exemplo, soja e calçados, fruto das medidas de incentivo adotadas pelo governo, nas áreas de crédito e fiscal, entre outras.

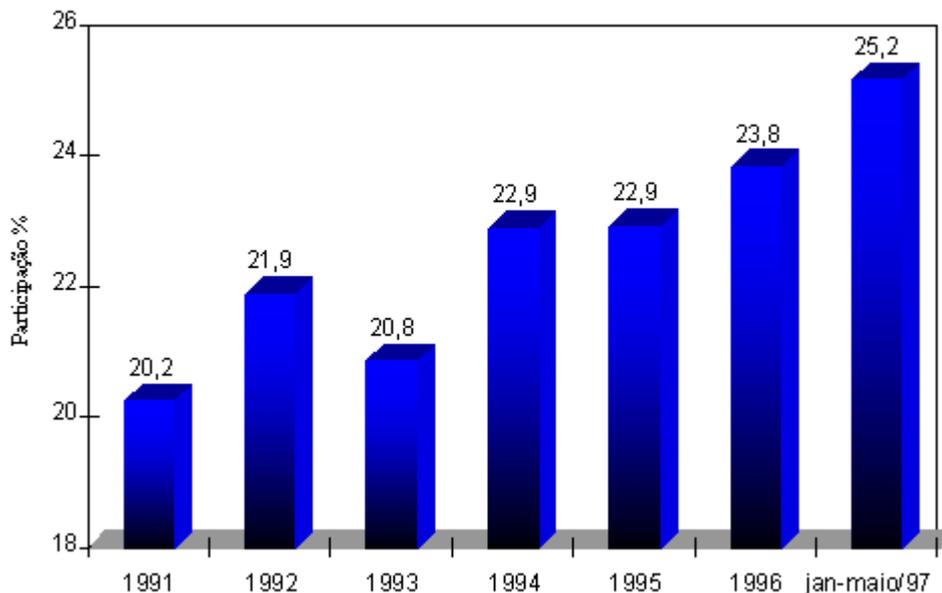
Saldo da Balança Comercial



Fonte: MICT

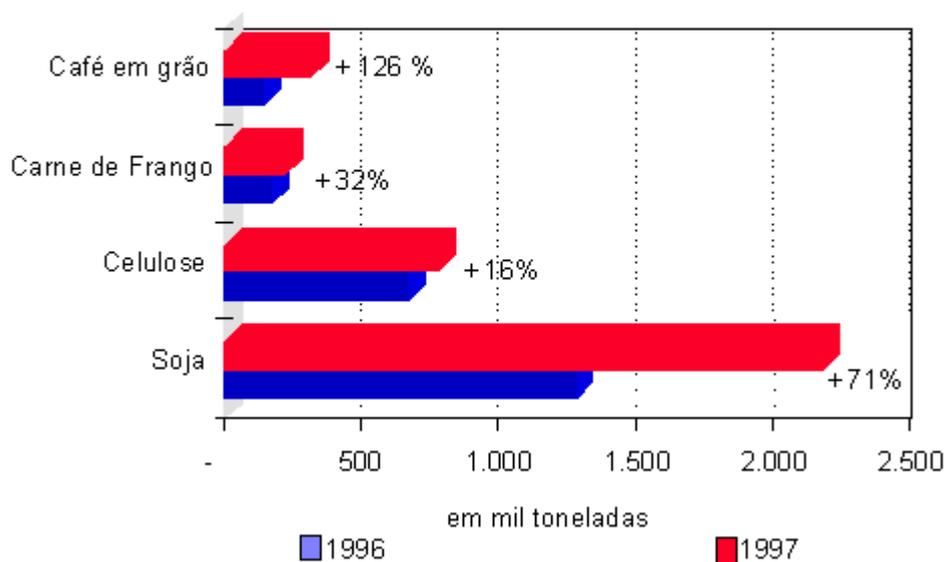
Por seu turno, o crescimento nas importações refletem em boa medida o aumento nas aquisições de bens de capital e são qualitativamente importantes tanto para a restauração da competitividade do produto nacional, quanto para a renovação do parque produtivo. Como pode ser observado no gráfico apresentado a seguir, a participação desse item no total importado é crescente, particularmente após o Plano Real, e resulta dos investimentos produtivos que vêm sendo realizados, por conta da estabilidade de preços e da perspectiva de crescimento econômico. As máquinas e equipamentos adquiridos permitem recuperar e expandir a capacidade produtiva, incorporando tecnologia de última geração no mercado internacional.

Participação % das Compras de Bens de Capital na Importação



Em função sobretudo das medidas tomadas pelo governo, já se pode verificar forte aumento, em quantidade, nas exportações de café em grão, carne de frango, celulose e soja. Além dessa expansão em volume, a receita de exportação também está sendo beneficiada pela elevação nos preços internacionais de *commodities*, particularmente café e soja.

Exportações Jan-Abr 1997/96





Três anos de Real

Construindo um País melhor

5 - Redução do "Custo Brasil"

Um verdadeiro mutirão pela superação dos obstáculos e dos gargalos que dificultam o crescimento e a competitividade da economia brasileira: este é o esforço coletivo de vários órgãos de Governo, para o que chamamos de enfrentamento do Custo-Brasil.

São três os principais blocos de ações já empreendidas: ações de estímulo às exportações, redução dos custos de infra-estrutura e desoneração direta dos custos de investimentos.

Ações de Estímulo às Exportações

Entre as ações específicas e diretas tomadas em favor das exportações brasileiras destacam-se:

1. desoneração tributária, com a retirada do ICMS sobre produtos primários e semi-elaborados exportados, que são responsáveis por nada menos que 40% da pauta de exportação brasileira e também com retirada do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre os insumos aplicados no processo produtivo de mercadorias exportadas ou vendidas no mercado interno a empresa comercial exportadora.
2. regulamentação do seguro de crédito à exportação que tem o objetivo de garantir as exportações brasileiras de bens e serviços contra riscos comerciais, políticos e extraordinários que venham a afetar transações econômicas e financeiras vinculadas à operações de crédito à exportação. Na ocorrência de dificuldades com o importador do produto brasileiro, o mercado exportador fica "protegido" pelo seguro.
3. Financiamento à exportação e redução do custo de capital incluindo, entre outras, as seguintes ações: a) uma grande reformulação do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) com ampliação da lista de produtos elegíveis ao programa e a extensão do financiamento à fase da produção entre outras, de forma a torná-lo mais atrativo e eficaz. Enquanto a União desembolsou US\$82 bilhões e US\$ 115 bilhões, em 1995 e 1996, respectivamente, em 1997 está prevista a aplicação de nada menos que US\$ 1 bilhão; b) a reestruturação de grande envergadura no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) de forma a torná-lo peça importante no financiamento às exportações brasileiras. Nesse sentido, criou-se uma linha de financiamento do Banco de R\$ 1 bilhão, destinada a setores como calçados, autopeças, confecções, móveis entre outros e ampliou-se o prazo de financiamento à exportação de bens de capital para 10 anos, via Finamex, linha de financiamento à exportação do próprio BNDES; c) a fixação de alíquota zero de IOF na captação de recursos no mercado externo destinada à empresa exportadora.
4. outras medidas, como a criação dos chamados "portos secos", que, ao promover a descentralização dos trâmites aduaneiros para as próprias regiões em que os bens foram produzidos, descongestionam os portos e aeroportos gerando economia de tempo e de dinheiro.

Redução dos custos de infra-estrutura

As ações mais gerais de redução dos custos de infra-estrutura tendem a "contaminar" positivamente todos os setores da economia e, é claro, também as exportações. Neste bloco enquadram-se principalmente as iniciativas:

1. de modernização da gestão da mão-de-obra portuária;
2. simplificação das tarifas portuárias já tendo sido possível reduzi-las de 18 para 7.
3. agilização do processo de concessões e arrendamentos, privatizações e, em especial, a quebra dos monopólios estatais em áreas fundamentais da infra-estrutura carentes de investimento, tais como, ferrovias, portos, telecomunicações, energia, rodovias e hidrovias. Neste ponto, merecem destaque os frutos que já estão sendo colhidos. A concessão da operação de celulares à iniciativa privada reduzirá os custos para o consumidor de forma impressionante. Só no DF, onde já foi definido o ganhador da licitação, o custo da linha passará de R\$330,00 para R\$158,40, o que equivale a uma redução de 52%. O custo das ligações terá, em média, uma queda de 30%. Já as empresas irão se beneficiar com queda expressiva dos custos dos serviços portuários. Só com o arrendamento do porto de Santos ao setor privado, estima-se que o custo de movimentação de cada contêiner baixará dos atuais R\$ 500,00 para R\$ 150,00. Também, com a breve conclusão da privatização das ferrovias prevê-se um salto expressivo nos investimentos do setor que chegarão, segundo estimativas, a alcançar a casa dos R\$ 4 bilhões. O compromisso firmado com as empresas que adquiriram as ferrovias é garantir uma redução de pelo menos 40% nos números de

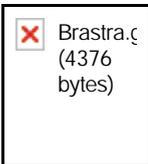
acidentes até o 5º ano de operação. Finalmente, com o investimento na Hidrovia Madeira (Amazônia) pretende-se reduzir o custo de transporte de grãos para Roterdan, por exemplo, de R\$ 105,00/ton. para R\$70,00/ton.

Redução dos custos diretos dos investimentos

No terceiro bloco de iniciativas pró-redução do Custo Brasil incluem-se esforços de desoneração direta dos custos dos investimentos. Entre eles cabe destaque à:

1. redução para zero da alíquota de imposto de importação para bens de capital, de informática e de telecomunicações bem como isenção do IPI no caso de aquisições de bens de capital, seja importado, seja nacional.
2. desoneração e simplificação dos impostos e contribuições para pequenas e médias empresas através do SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte),
3. redução das alíquotas do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) de 25% para 15% e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de 10% para 8% para empresas em geral e de 23% para 18% para as instituições financeiras e de seguros;
4. reformulação dos cálculos da TJLP (taxa de juros de longo prazo que referencia os empréstimos do BNDES) permitindo sua redução;
5. permissão da captação de recursos externos para financiamento dos investimentos da produção agropecuária e de complexos industriais ligados ao setor , bem como, a redução da taxa de juros para financiamento da safra agrícola de 1996/1997.

Se até pouco tempo a redução do Custo-Brasil não passava de intenções hoje, 3 anos após o início do Plano Real, temos, é verdade, ainda bastante a fazer, mas também várias realizações a registrar.



Três anos de Real

Construindo um País melhor

6 - Contas Públicas

Entre todos os desafios à sustentabilidade do Real, o déficit público é, sem dúvida, o que vem demandando mais atenção. É através de um verdadeiro ajuste fiscal, não só no âmbito do Governo Federal, mas também nas demais esferas – Estados e Municípios – que se consolidam as bases para um crescimento econômico e social de médio e longo prazo sustentado, sem pressões inflacionárias.

Diante da importância absoluta da reorganização das contas públicas para a geração de poupança e, por decorrência, geração das condições para o financiamento dos investimentos e criação de empregos, o governo vem empreendendo esforços persistentes para a obtenção do equilíbrio fiscal.

Antes mesmo de julho de 1994, algumas medidas já começaram a ser tomadas, entre elas a criação do *Fundo Social de Emergência – FSE* (depois renomeado Fundo de Estabilização Fiscal - FEF). O objetivo do FEF é permitir a desvinculação provisória de receitas até que a aprovação das reformas constitucionais proporcionem ao Governo Federal margem para alocação dos recursos públicos de forma mais eficiente.

Contudo, as ações do Governo Federal não se limitaram à criação e prorrogação do FEF, nem à luta pela aprovação das reformas. A seguir são apresentadas algumas das principais medidas adotadas nos últimos três anos visando à contenção do déficit público. Além dessas medidas, é preciso ressaltar o esforço de agilização das privatizações, tanto em âmbito federal quanto estadual.

Ações do Governo Federal no combate ao déficit público

No âmbito da União:

- Reformulação das Diretrizes de Programação Orçamentária e Financeira, propiciando a compatibilização do orçamento à execução financeira;
- Elaboração de um cronograma de dispêndio pelos órgãos para todo o exercício em questão;
- Discriminação da programação da despesa a nível de projeto e atividade;
- Controle das despesas com pessoal, através de diversas medidas pontuais, dentre elas o aperfeiçoamento do controle de pagamentos da folha;
- Aperfeiçoamento do sistema tributário, com mudanças nas legislações de diversos tributos, entre eles o IRPJ e CSLL;
- Criação do Programa *Brasil em Ação*, que visa melhorar a alocação dos recursos orçamentários, priorizando investimentos que sejam considerados primordiais ao crescimento econômico e social;
- Diversas medidas na área da Previdência Social, visando o aumento da arrecadação e o controle dos dispêndios. Destacam-se as alterações de regras para concessão de aposentadorias especiais;

No âmbito dos Estados e Municípios

- Permissão para que a Caixa Econômica Federal financie Estados com dificuldades financeiras sob condição de um conjunto de medidas de ajuste fiscal;
- Adoção de mecanismos para o saneamento das instituições financeiras estaduais visando à privatização ou mesmo à transformação destas em agências de fomento;
- Refinanciamento das dívidas estaduais através do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Tais programas incentivam a arrecadação e disciplinam os gastos públicos, assim como a redução gradual do nível de endividamento do Estado, através de programas de privatização e concessões de serviços públicos.

No âmbito das Estatais Federais

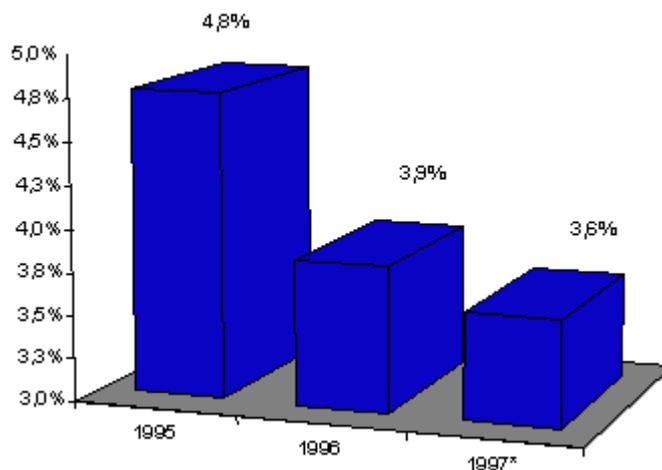
- Esforço de controle das despesas correntes;

- Firme controle das negociações salariais;
- Proibição de medidas que visem a aumentar as transferências de recursos das empresas patrocinadoras às entidades de previdência fechada;
- Alienação de ativos não operacionais com destinação dos recursos ou para redução do endividamento ou para investimentos em áreas operacionais;

Resultados

O resultado de todas estas medidas, conjugado com o comportamento das taxas de juros dos títulos públicos, começam a se refletir nas principais estatísticas fiscais. De acordo com o Banco Central, o déficit operacional do Setor Público, que era de 4,8% do PIB em 1995, vem gradualmente baixando. Fechou o ano de 1996 no patamar de 3,9% e, em março/97, já se situava em torno de 3,6% do PIB./

Evolução do Déficit do Setor Público em % do PIB



*Acumulado nos últimos 12 meses (abril-96 a março-97)

Fonte: Banco Central do Brasil

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[7- Privatizações](#)

7 - Privatizações

O Programa Nacional de Desestatização, estabelecido em 1991, tendo como objetivo a modernização do estado brasileiro, ganhou novo fôlego após o Plano Real. Conforme o quadro apresentado a seguir, do total das receitas de vendas nos 7 anos de existência do Programa, cerca de 53% foram arrecadadas após julho de 1994 (ou seja, em 3 anos).

Programa Nacional de Desestatização - 1991/1997

Em US\$ milhões¹

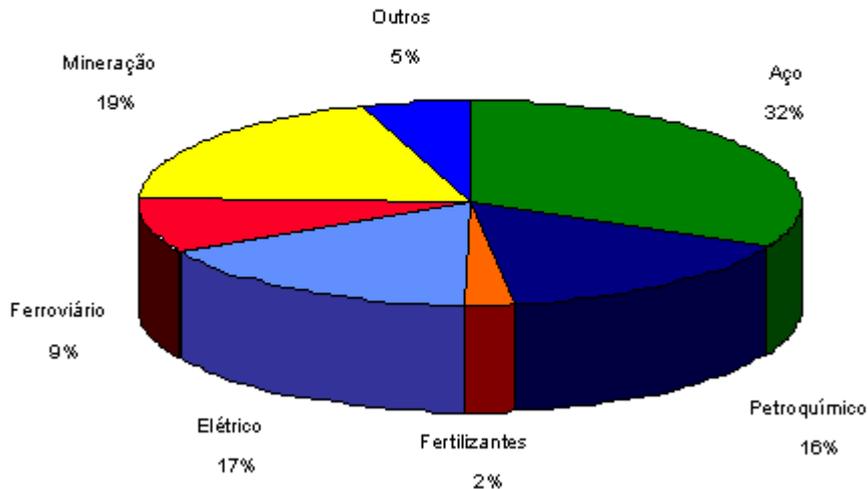
	Antes do Plano Real			Desde o Plano Real			Total		
	Resultado das Vendas	Dívidas Transferidas	Total	Resultado das Vendas	Dívidas Transferidas	Total	Resultado das Vendas	Dívidas Transferidas	Total
Setores Produtivos	8.147	3.480	11.627	4.566	4.517	9.082	12.713	7.996	20.709
Aço	4.858	2.626	7.485	703		703	5.561	2.626	8.188
Petroquímico	2.135	773	2.908	564	230	793	2.698	1.003	3.701
Fertilizantes	418	75	494				418	75	494
Mineração				3.299	4.287	7.586	3.299	4.287	7.586
Outros	736	5	741				736	5	741
Infra-estrutura e Serviços Públicos				4.565	851	4.955	4.565	851	5.416
Ferroviário				1.477		1.477	1.477	-	1.477
Elétrico				2.890	588	3.478	2.890	588	3.478
Outros				198	263		198	263	461
Total	8.147	3.480	11.627	9.131	5.368	14.037	17.278	8.848	26.125

^{1/} leva-se em consideração a data efetiva das vendas das ações.

Fonte: BNDES

Com a privatização da CVRD, encerra-se praticamente a transferência à iniciativa privada das empresas industriais e o início de uma nova fase, cujo foco principal é a privatização de empresas ligadas à área de infra-estrutura e a concessões de serviços públicos.

Privatização Federal - 1991/1997 - por setor



A ênfase do PND, em sua primeira fase, recaiu, basicamente, sobre a desestatização de empresas dos setores siderúrgico, petroquímico, fertilizantes e mineração, totalizando a transferência ao setor privado de 46 empresas, sendo 20 após julho/94.

Um bom exemplo do êxito da privatização é o setor siderúrgico que, observou após a privatização, significativos incrementos de produção e produtividade, aumentando, inclusive, sua participação no total das exportações brasileiras.

Em sua segunda etapa, o foco de atuação do PND é a transferência ao setor privado de empresas ligadas à área de infra-estrutura, assim como a concessão de serviços públicos. Esta etapa foi inaugurada com a privatização da ESCELSA em julho de 1995, tendo prosseguimento com a concessão das cinco principais malhas da Rede Ferroviária Federal – RFFSA e a da companhia de eletricidade da cidade do Rio de Janeiro – a LIGHT, ambas em 1996. Esta etapa viabilizará investimentos privados em setores cruciais ao desenvolvimento econômico do país.

Um bom exemplo de resultados concretos neste campo, são as mudanças em andamento na matriz de transporte brasileiro. Com a transferência das cinco principais malhas da RFFSA ao setor privado, o investimento no setor de transporte ferroviário renasce depois de quase duas décadas de estagnação. Encontram-se em construção mais de 2.100 Km de ferrovias, com destaque para o projeto da FERRONORTE, com extensão de 1.728 Km, investimentos programados de R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 400 mil já foram aportados. Ao todo, os investimentos devem superar a cifra de R\$ 4 bilhões nos próximos anos.

Paralelamente, encontra-se em andamento a concessão de exploração dos serviços portuários e de rodovias federais. No primeiro caso, já se pode prever resultados expressivos em termos de queda de custos. Há a expectativa de que, com o avanço desses processos, os custos reduzam-se drasticamente.

No caso das rodovias federais, os destaques ficam por conta das concessões da BR 116 (Dutra no trecho Rio – São Paulo) e da BR 040 (trecho Juiz de Fora – Rio de Janeiro), ambas realizados em 1996, e que contam com investimentos programados superiores a R\$ 1 bilhão. Já se podem observar a melhoria da sinalização, recuperação e conservação de diversos trechos, implantação de serviço médico emergencial, entre outros.

O programa de concessão dos serviços de telecomunicações deve começar, efetivamente, no decorrer do ano de 1998. Mesmo assim já é possível captar os benefícios concretos para a população oriundos do processo de privatização, tais como o anúncio de redução de preços da telefonia celular na faixa a ser operada pelo setor privado.

7 - Privatizações

O Programa Nacional de Desestatização, estabelecido em 1991, tendo como objetivo a modernização do estado brasileiro, ganhou novo fôlego após o Plano Real. Conforme o quadro apresentado a seguir, do total das receitas de vendas nos 7 anos de existência do Programa, cerca de 53% foram arrecadadas após julho de 1994 (ou seja, em 3 anos).

Programa Nacional de Desestatização - 1991/1997

Em US\$ milhões¹

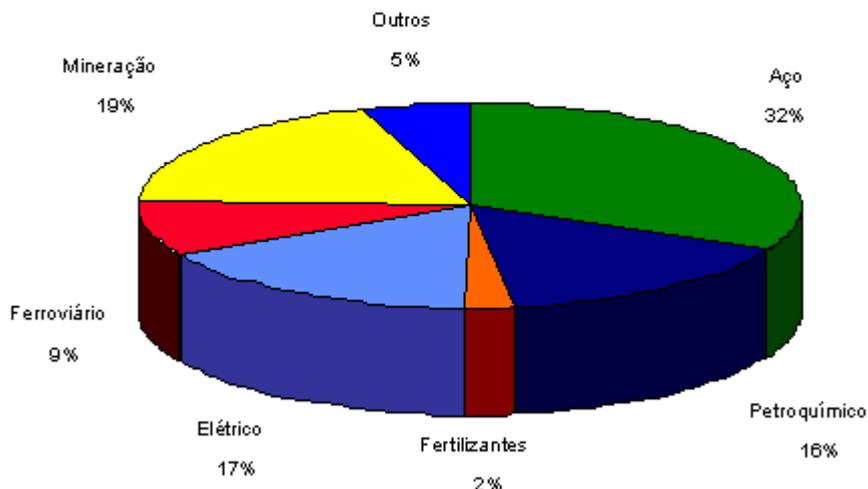
	Antes do Plano Real			Desde o Plano Real			Total		
	Resultado das Vendas	Dívidas Transferidas	Total	Resultado das Vendas	Dívidas Transferidas	Total	Resultado das Vendas	Dívidas Transferidas	Total
Setores Produtivos	8.147	3.480	11.627	4.566	4.517	9.082	12.713	7.996	20.709
Aço	4.858	2.626	7.485	703		703	5.561	2.626	8.188
Petroquímico	2.135	773	2.908	564	230	793	2.698	1.003	3.701
Fertilizantes	418	75	494				418	75	494
Mineração				3.299	4.287	7.586	3.299	4.287	7.586
Outros	736	5	741				736	5	741
Infra-estrutura e Serviços Públicos				4.565	851	4.955	4.565	851	5.416
Ferroviário				1.477		1.477	1.477	-	1.477
Elétrico				2.890	588	3.478	2.890	588	3.478
Outros				198	263		198	263	461
Total	8.147	3.480	11.627	9.131	5.368	14.037	17.278	8.848	26.125

^{1/} leva-se em consideração a data efetiva das vendas das ações.

Fonte: BNDES

Com a privatização da CVRD, encerra-se praticamente a transferência à iniciativa privada das empresas industriais e o início de uma nova fase, cujo foco principal é a privatização de empresas ligadas à área de infra-estrutura e a concessões de serviços públicos.

Privatização Federal - 1991/1997 - por setor



A ênfase do PND, em sua primeira fase, recaiu, basicamente, sobre a desestatização de empresas dos setores siderúrgico, petroquímico, fertilizantes e mineração, totalizando a transferência ao setor privado de 46 empresas, sendo 20 após julho/94.

Um bom exemplo do êxito da privatização é o setor siderúrgico que, observou após a privatização, significativos incrementos de produção e produtividade, aumentando, inclusive, sua participação no total das exportações brasileiras.

Em sua segunda etapa, o foco de atuação do PND é a transferência ao setor privado de empresas ligadas à área de infra-estrutura, assim como a concessão de serviços públicos. Esta etapa foi inaugurada com a privatização da ESCELSA em julho de 1995, tendo prosseguimento com a concessão das cinco principais malhas da Rede Ferroviária Federal – RFFSA e a da companhia de eletricidade da cidade do Rio de Janeiro – a LIGHT, ambas em 1996. Esta etapa viabilizará investimentos privados em setores cruciais ao desenvolvimento econômico do país.

Um bom exemplo de resultados concretos neste campo, são as mudanças em andamento na matriz de transporte brasileiro. Com a transferência das cinco principais malhas da RFFSA ao setor privado, o investimento no setor de transporte ferroviário renasce depois de quase duas décadas de estagnação. Encontram-se em construção mais de 2.100 Km de ferrovias, com destaque para o projeto da FERRONORTE, com extensão de 1.728 Km, investimentos programados de R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 400 mil já foram aportados. Ao todo, os investimentos devem superar a cifra de R\$ 4 bilhões nos próximos anos.

Paralelamente, encontra-se em andamento a concessão de exploração dos serviços portuários e de rodovias federais. No primeiro caso, já se pode prever resultados expressivos em termos de queda de custos. Há a expectativa de que, com o avanço desses processos, os custos reduzam-se drasticamente.

No caso das rodovias federais, os destaques ficam por conta das concessões da BR 116 (Dutra no trecho Rio – São Paulo) e da BR 040 (trecho Juiz de Fora – Rio de Janeiro), ambas realizados em 1996, e que contam com investimentos programados superiores a R\$ 1 bilhão. Já se podem observar a melhoria da sinalização, recuperação e conservação de diversos trechos, implantação de serviço médico emergencial, entre outros.

O programa de concessão dos serviços de telecomunicações deve começar, efetivamente, no decorrer do ano de 1998. Mesmo assim já é possível captar os benefícios concretos para a população oriundos do processo de privatização, tais como o anúncio de redução de preços da telefonia celular na faixa a ser operada pelo setor privado.

8 - Gastos Sociais

O volume de recursos aplicados pelo Governo Federal na área social aumentou, em termos reais, 26,7%, comparando-se o ano de 1996 com 1994, taxa bem superior à do crescimento da população nesse mesmo período (2,7%). Dessa forma, o gasto social federal per capita no Brasil, avaliado a preços de dezembro de 1996, aumentou de R\$491,00 em 1994, para R\$605,80 em 1996.

Os gastos federais com programas voltados para a velhice, invalidez e o desemprego (previdência social, seguro-desemprego, qualificação profissional e organização agrária) foram os que mais cresceram no período 1994-1996: 43,7%, em termos reais. Os gastos sociais em favor da melhoria das condições de vida da população de baixa renda (assistência médica e sanitária, saneamento básico e assistência social) aumentaram 14,6% nesse período.

O aumento do gasto social federal entre 1994 e 1996 foi acompanhado pelo avanço do processo de descentralização das responsabilidades de gestão para os Estados e Municípios. Em diversas áreas de atuação (educação e cultura, alimentação e nutrição, saúde, saneamento e proteção ao meio ambiente, assistência social, habitação e urbanismo e emprego e defesa do trabalhador), as transferências de recursos para Estados e Municípios aumentaram a sua participação no total do gasto social federal. Por exemplo, na área de educação e cultura, a participação dos gastos diretos do Governo Federal no total do gasto declinou de 82,3% em 1994 para 76,5% em 1996, enquanto que as transferências de recursos aumentaram de 12,0% para 15,5%, no caso dos Estados, e de 4,9% para 6,5%, no caso dos Municípios.

Gasto Social Federal - 1994/1996			
<i>Valores em R\$ mil de dezembro/96</i>			
Área de Atuação (*)	1994	1996	96/94%
Cobertura dos Riscos da Velhice, da Invalidez e do Desemprego	45.949.392	66.022.219	43,7
Previdência Social	43.291.876		41,2
Benefícios pagos pelo INSS	30.406.262	43.271.322	42,3
Benefícios pagos a servidores federais	12.885.614	17.856.821	38,6
Seguro Desemprego	2.116.903	3.491.373	64,9
Qualificação Profissional	508	262.536	51.580,3
Organização Agrária	540.105	1.140.167	111,1
Atendimento a Demandas da População de Baixa Renda	10.440.700	11.967.184	14,6
<i>Assistência Médica e Sanitária</i>	8.776.666	10.082.232	14,9
<i>Saneamento Básico</i>	674.216	688.610	2,1
<i>Assistência Social</i>	989.818	1.196.342	20,9
Atenção à População Infante-Juvenil	1.808.092	1.882.956	4,1
<i>Ensino Fundamental (**)</i>	1.070.795	1.158.288	8,2
<i>Merenda Escolar (***)</i>	664.256	465.287	-30,0
<i>Educação de Crianças de 0 a 6 anos</i>	73.041	259.381	255,1
Outros	17.028.401	15.426.757	-9,4
Gasto Total (****)	75.226.585	95.299.116	26,7
<i>População (em mil habitantes)</i>	153.213	157.319	2,7

Gasto Total Per capita (em R\$)	491,0	605,8	23,4
Gasto Total/Produto Interno Bruto (%)	11,8	12,3	4,2

Fonte: DIPOS/IPEA

(*) Utiliza-se o conceito de área de atuação por constituir uma melhor aproximação ao tipo de ação efetiva dos gastos públicos junto à população, independentemente da localização setorial do órgão que realiza o dispêndio. Dessa forma, vale enfatizar que não cabe comparação com os registros tradicionais de despesas por Ministério (conceito institucional), nem com os levantamentos das despesas por função ou mesmo programas. Os registros de gastos por Ministério ou por função/programas constituem formas de agregação de dispêndios que, em geral, somam gastos de diferentes tipos de ação efetiva.

(**) Não inclui a merenda escolar, a Cota-Parte de Estados e DF na arrecadação do Salário-Educação, nem os investimentos diretamente realizados pelo Governo Federal.

(***) A mudança na sistemática de repasse de recursos para os Estados e Municípios visando o financiamento da merenda explica essa redução de dispêndios. Desde 1993, os recursos necessários para garantir a merenda escolar durante os três primeiros meses de um ano eram repassados em dezembro do ano anterior. Em 1996, o repasse no mês de dezembro incorporou somente 19 dias do mês de janeiro de 1997, levando a uma redução dos recursos totais destinados à merenda, quando comparados com os de anos anteriores. Entretanto, em 1996, os gastos do Governo Federal com merenda escolar foram suficientes para atender 163 dias ano, contra 156 dias em 1995 e 100 em 1994.

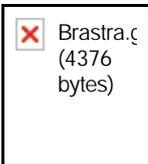
(****) Total do Gasto Social Federal, de acordo com a metodologia adotada pela DIPOS/IPEA.

A estabilidade monetária decorrente do Plano Real veio potencializar a efetividade dos gastos públicos federais, na medida em que os recursos deixaram de ser corroídos pela inflação durante o período de tempo, muitas vezes longo, que vai da decisão do gasto e da alocação de recursos orçamentários para financiá-lo até o momento em que o gasto realmente se realiza. O fim dessa corrosão de recursos veio a favorecer enormemente a eficácia do gasto, principalmente daquele realizado de forma descentralizada e em parceria com os estados e municípios, onde esse período de tempo em geral é maior.

Participação % dos Gastos Diretos e das Transferências Negociação no Gasto Social Federal, Segundo Área de Atuação

Áreas de Atuação	Gastos Diretos	Transferências		
		Estados e DF	Municípios	Inst. Privadas
Educação e Cultura				
1994	82,3	12,0	4,9	0,8
1996	76,5	15,5	6,5	1,5
Alimentação e Nutrição				
1994	2,6	53,7	43,7	0,0
1996	1,9	25,0	72,5	0,6
Saúde				
1994	91,0	5,6	1,8	1,6
1996	83,8	3,8	10,9	1,5
Saneamento e Prot. Meio Ambiente				
1994	73,5	10,2	15,7	0,6
1996	38,6	31,7	28,8	0,9
Assistência Social				
1994	74,2	3,2	8,8	13,8
1996	66,0	31,4	2,2	0,4
Habituação e Urbanismo				
1994	88,9	3,2	7,9	0,0
1996	82,1	7,4	10,5	0,0

Fonte: IPEADIPÓS



Três anos de Real

Construindo um País melhor

9 - Saúde

O Plano Real provocou repercussões muito positivas na área da saúde. Além de ampliar e diversificar o consumo de alimentos, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, propiciou um efetivo aumento dos recursos do Governo Federal destinados ao Ministério da Saúde.

Em 1994, esses recursos aumentaram em cerca de 16% em relação a 1993. No biênio 1995/96, os gastos médios significaram um incremento de 65% em relação ao início da década. Em 1997, estima-se que somente o Governo Federal deverá gastar cerca de R\$ 19 bilhões com serviços de saúde, aumentando o gasto per capita para R\$119,00/ano, quase o dobro do verificado em 1993.

Um problema crônico decorrente do processo inflacionário e que repercutia negativamente na assistência ambulatorial e hospitalar, era o atraso no pagamento aos prestadores de serviços. Eles recebiam com 60 dias de atraso e com a inflação, o dinheiro chegava desvalorizado, com prejuízos para quem pagava e consequências negativas no atendimento. A estabilização econômica decorrente do Plano Real permitiu atualizar o pagamento dessa assistência, acabando com os atrasos e com as constantes mudanças de valores na tabela de custo dos procedimentos médicos.

Em 1994, 56% dos recursos do SUS eram destinados a internações e 44% para assistência ambulatorial. No primeiro semestre de 1996, a relação já se inverteu: 49% para hospitalizações e 51% para atenção ambulatorial.

O maior aporte de recursos financeiros permitiu a ampliação dos gastos em serviços essenciais para a melhoria das condições de saúde das populações vulneráveis, sobretudo a partir de 1995, quando se estabeleceu com prioridade o Programa de Redução da Mortalidade na Infância - PRMI. Este Programa possibilitou a integração de diversas ações relativas à assistência materno-infantil, à alimentação e nutrição, à imunização e ao saneamento, além daquelas inerentes ao trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e à educação sanitária.

Dos 913 municípios cobertos pelo Programa de Redução da Mortalidade Infantil, 77% já estão incluídos no Programa de Suplementação Alimentar - "Leite é Saúde", que atende a 3 milhões de mães e filhos, sendo que 39% desses municípios foram beneficiados com abastecimento de água, serviço de esgotos e melhorias sanitárias domiciliares, favorecendo 1,2 milhão de pessoas diretamente e 3,8 milhões indiretamente. A média nacional de imunização de rotina, 75%, foi superada nas áreas cobertas pelo PRMI, onde a vacinação destinada a crianças no primeiro ano de vida atingiu 97%.

O Programa de Equipes de Saúde da Família, iniciado em 1994, e o Programa de Agentes Comunitários da Saúde, fazem parte de uma proposta de mudança no modo de atender a população. Ela incorpora a atenção médica tradicional e um conjunto de medidas para melhorar as condições de vida das pessoas. O programa se tornou a porta de entrada no SUS, com o objetivo de resolver nesse nível de atendimento o maior número possível de problemas.

Durante os 3 anos do Plano Real, o contingente de Agentes Comunitários de Saúde e de Equipes de Saúde da Família cresceu muito. Os Agentes, que somavam 29.000 em janeiro de 1995, já superavam mais de 44.000 em 1996, atendendo cerca de 26 milhões de pessoas. E as atuais 847 Equipes, que atendem a 850 mil famílias, serão 3.500 ao final de 1998, atendendo 3,5 milhões de famílias.

Entre 1994 e 1996, o Sistema de Informação do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS permitiu identificar um conjunto de indicadores para as áreas onde o Programa encontra-se em funcionamento.

A tabela abaixo registra as taxas de Mortalidade, para as áreas cobertas pelo PACS. A queda do índice é expressiva: de 82,6 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos em 1994, caiu para 51,5/1.000 em 1996. Esta representou uma redução de 37,7% na taxa de mortalidade infantil no período, estimando-se em 6.500 o número de óbitos evitados.

	Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)	Redução (%)	Óbitos Evitados (menores de 1 ano)
1994	1996		

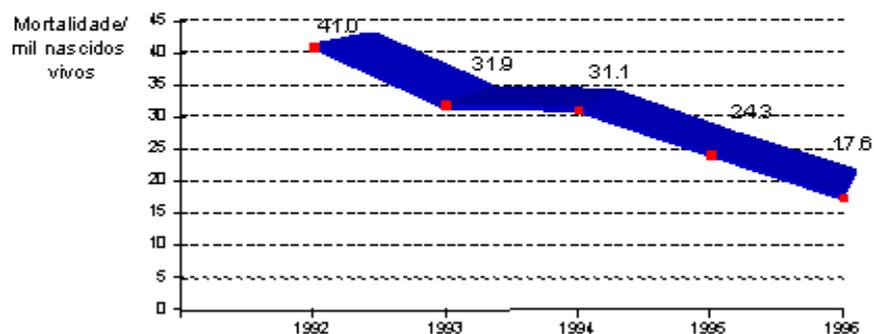
Maranhão	71,2	48,6	37,7	491
Piauí	67,3	43,0	36,1	445
Ceará	80,0	45,7	42,9	2.967
Paraíba	90,5	53,8	40,6	637
Pernambuco	101,4	54,9	45,9	1.335
Sergipe	93,6	63,9	31,7	156
Bahia	110,9	53,0	52,2	458
Nordeste	82,6	51,5	37,7	6.489*

(Fonte: Sistema de Informações do PACS - COSAC/SAS/MS)

É importante lembrar que as áreas prioritárias para a implantação do PACS eram municípios de risco para a Mortalidade Infantil. Nesses municípios, foram priorizadas as áreas onde esta situação era mais grave - zona rural e periferias dos centros urbanos.

A queda da mortalidade infantil também é captada pela Pastoral da Criança, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo os dados, a mortalidade que era de 41 para cada grupo de mil crianças nascidas vivas, em 1992, caiu para 31,4, em 1994, atingindo 17,6, em 1996. Somente neste último ano, evitou-se a morte de 5.000 crianças em 2.563 municípios, não significando, porém, que este índice possa ser estendido à população total dos respectivos municípios. Essa queda da Mortalidade Infantil é altamente significativa porque a Pastoral da Criança trabalha exclusivamente com famílias carentes.

Tendência da Mortalidade das Crianças Menores de um Ano Acompanhadas pela Pastoral da Criança



Fonte: Pastoral da Criança /CNBB



Três anos de Real

Construindo um País melhor

10 - Educação

O terceiro ano de Real foi um ano caracterizado pela implantação de ações de grande impacto que estão mudando os rumos da educação no Brasil.

Em 1996, as mudanças institucionais tornaram-se realidade com a aprovação da Emenda Constitucional que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e a sua regulamentação, questão fundamental para a concretização da prioridade voltada para o ensino fundamental.

Na luta pela melhoria da qualidade do ensino importantes vitórias foram alcançadas. O "provão" mostrou a realidade do ensino universitário em nosso país. Da mesma forma, a avaliação técnica do livro didático financiado e distribuído pelo Poder Público foi a primeira da história do país.

Outras importantes conquistas devem ser destacadas tais como a consolidação da TV Escola, o avanço acelerado da descentralização da Merenda Escolar, entre outros.

Se 1996 foi o ano da educação onde novos ventos começaram a soprar forte rumo à melhoria da qualidade da educação em nosso país, na priorização efetiva do ensino fundamental, entre outros, em 1997 certamente haverá novas conquistas tais como a reformulação do ensino técnico profissionalizante, o Programa Nacional de Informática na Educação, a promoção, por meio de emenda constitucional, da efetiva autonomia universitária.

A seguir detalhamos alguns dos principais programas, ações e resultados na área educacional.

Em 1994, houve 32.048.420 matrículas iniciais no ensino fundamental. Em 1996, esse número saltou para 33.131.270 matrículas. Desse contingente, 88,8% corresponde às escolas públicas. Um total de 3.982.468 alunos matriculou-se na rede pública de ensino médio em 1994. Em 1996 houve um acréscimo de 14,56% e os alunos matriculados passaram a ser 4.562.558. No mesmo período o número de matrículas nas escolas particulares aumentou 11,78%, passando de 1.052.499 a 1.176.519.

Esses dados sugerem que está ocorrendo a progressiva universalização do ensino fundamental no país. Menos evasão, menos repetência, melhora das condições sociais das famílias que, em lugar de incorporar seus filhos imediatamente ao mercado de trabalho primário para aumentar a renda familiar, preferem proporcionar-lhes uma educação melhor.

Emenda Constitucional, de iniciativa do governo, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério que permite destinar automaticamente, a partir de janeiro de 1988, R\$ 12 bilhões por ano ao ensino fundamental, o que dá R\$300 por aluno em todos os municípios. A média atual é inferior a R\$100,00. O Fundo permitirá também aumentar o salário do magistério, cuja média nacional ficará em torno de R\$300,00.

Desde 1995, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental tem transferido recursos diretamente para as escolas estaduais e municipais.

Em 1995, mais de 100 mil escolas em 2.000 municípios receberam R\$ 228,7 milhões. Em 1996, R\$ 262,8 milhões foram destinados a cerca de 170 mil escolas, beneficiando mais de 31 milhões de alunos.

Em 1997, ano em que serão contempladas também as ONGs voltadas para a educação especial, R\$ 272 milhões serão enviados às escolas. Aquelas que já participam do Programa Comunidade Solidária terão um adicional de 30% sobre os valores fixados em tabela.

Desde 1995, todos os 33 milhões de alunos do ensino fundamental recebem os livros didáticos no começo do ano letivo. Naquele ano, foram distribuídos 110 milhões de livros, 83% mais do que em 1994. A distribuição dos livros para 1997 começou em outubro de 1996. Em janeiro de 1997 já haviam sido entregues 87,2 milhões de livros em 175 mil escolas, sendo que estão sendo atendidos, simultaneamente, todos os alunos da primeira à oitava série do ensino fundamental das escolas públicas.

A FAE/FNDE, responsável pelo programa, está descentralizando a compra e a distribuição do livro didático.

Criado há 4 décadas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar ganhou novo impulso em setembro de 1995, quando a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) aumentou em 50% os recursos para a compra da merenda. Foi, também, aumentado o valor nutritivo do lanche que os alunos recebem antes do início das aulas, nas escolas dos municípios abrangidos pelo Programa Comunidade Solidária.

Programa de Merenda Escolar

Ano	Municípios	Alunos
1994	1.680	-
1995	3.912	33.262.484
1996	4.208	33.667.261

Fonte: MEC

No ar, desde março de 1996, a TV-Escola é um canal exclusivo que, via satélite, atinge 51.820 escolas de todo o país, com uma programação destinada a capacitar e atualizar os professores e apoiar as aulas em classe. Cada escola pública com mais de 100 alunos recebeu R\$ 1.500,00 para adquirir o equipamento (televisor, videocassete, antena parabólica, suporte para TV e vídeo e caixa com 10 fitas VHS).

Um total de 38.846 escolas já adquiriram o equipamento e 29.433 já o instalaram.

A informatização do ensino é essencial para o país. Até o fim de 1997 os primeiros computadores estarão chegando às escolas públicas. Enquanto isso os professores estarão sendo capacitados a utilizar as máquinas. Serão destinados R\$ 207 milhões à capacitação de 25 mil professores até o fim de 1998 e nenhuma escola receberá computador sem que tenha professores capacitados para manejá-los.

As 6 mil escolas que receberão 100 mil computadores da primeira etapa do Programa de Informatização foram selecionadas pelas Secretarias Estaduais de Educação, segundo critério que considera o número de escolas e a quantidade de alunos de cada uma.